

A LITERATURA COMO PATRIMÔNIO FILOSÓFICO BRASILEIRO: (in) utilidade e ampliação do pensar- sentir

Rudião Rafael Wisniewski¹

RESUMO: Pensar é a atividade humana mais reconhecida por ser o que a distingue das demais espécies. O que não pode ser esquecido é o sentir, para não se correr o risco de voltar à barbárie ou exacerbar a importância da utilidade na sociedade atual. Este artigo objetiva refletir sobre a necessidade de filosofar, muitas vezes menosprezada pelo capital. A literatura é uma das principais fontes do pensar e do sentir da sociedade brasileira, ampliando o filosofar e a ética, a partir de sua estética. Devido à falta de uma cultura de estudo filosófico, autores de textos literários nacionais desenvolveram as questões pertinentes a tão importante e (in)útil atividade – pensar-sentir. Sendo assim, a literatura configura-se como um relevante patrimônio histórico-cultural do país e, de maneira especial, patrimônio filosófico brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio filosófico; literatura; Brasil; utilidade; capital.

ABSTRACT: Thinking is the most recognized human activity because it distinguishes humans from other species. What cannot be forgotten is feeling, so as not to risk returning to barbarism or exacerbating the importance of utility in today's society. This article aims to reflect on the need to philosophize, often overlooked by capital. Literature is one of the main sources of thinking and feeling in Brazilian society, expanding philosophizing and ethics from its aesthetics. Due to the lack of a culture of philosophical study, authors of national literary texts have developed the questions pertinent to such an important and (not)useful activity – thinking-feeling. Thus, the literature is configured as a relevant historical-cultural patrimony of the country and, especially, Brazilian philosophical patrimony.

Keywords: Philosophical patrimony; literature; Brazil; utility; capital.

INTRODUÇÃO

“Oh, utilidade inesperada do que é inútil!”
Victor Hugo - *Os miseráveis*

A literatura é a arte da palavra, a filosofia é o amor pela sabedoria, o ato de pensar e de fazer com que pensem. O texto literário, pela sua abertura, exige um pensar sobre, ou seja, um filosofar. Na sociedade brasileira, cuja atividade do pensamento conta pouquíssimo com o hábito de estudo de filosofia, a literatura tem desempenhado este papel. Conforme Candido (2000), ela é fundamental, pois o Brasil tem um desenvolvimento mítico e criativo, com raízes no imaginário. Por não contar com a

1

Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). E-mail: rudio.wisniewski@iffarroupilha.edu.br

filosofia, se vale da literatura para se pensar. Sendo assim, ela é nosso patrimônio filosófico por excelência. A proficuidade da literatura como ampliadora das formas de ver o mundo e se ver no mundo, seu estranhamento e complexidade residem, principalmente, no fato de o leitor construir sua própria interpretação subjetiva, a qual vai contrastar com a opinião de outros leitores a respeito do mesmo texto literário, não sendo igual a cada releitura, devido às experiências de vida, estudos realizados, contexto histórico-social, expectativas do leitor, dentre outros.

Por meio de pesquisa bibliográfica, análise e observação, pretendo demonstrar como a literatura e a filosofia, consideradas inúteis ao capitalismo, por não serem saberes técnicos e pragmáticos, tem uma utilidade maior que o próprio utilitarismo pode dimensionar. Por serem ciências humanas, são fundamentais à concepção e interpretação do que é e do que pode ser o humano. A sociedade brasileira não possui o hábito de estudo filosófico, porém, mesmo que não tanto quanto poderia, costuma ler textos literários. Estes permitem a expansão do pensamento em contínuo pensar, fazendo o papel da filosofia, possibilitando refletir sobre quem somos, onde estamos, e assim, escapar de um utilitarismo que é estéril ao desenvolvimento afetivo e cognitivo. As humanidades são as primeiras a terem seu valor questionado quando questões financeiras parecem ser o mais importante a uma sociedade.

FILOSOFIA *VERSUS* CAPITAL

O capitalismo tem subjogado os seres humanos ao papel de consumidores. As relações de consumo, que envolvem a propaganda, a exploração do trabalho e a ideia de que felicidade e realização pessoal dependem do *ter* e não do *ser*, causam cada vez mais insatisfação e infelicidade, por produzirem uma sensação de insaciedade. O investimento em conhecimento, despretensiosamente, o livre exercício do pensar, podem ser lenitivos para o mal do consumo desenfreado. Conforme Perissé (2006, p. 136),

Nessa sociedade de consumo – cujos critérios para reconhecer a beleza, a eficácia, o profissionalismo, o que é ético e o que traz felicidade são tão questionáveis –, que se interessa preferentemente por um saber do qual provenham frutos materiais, e, por isso, tem pouca paciência com a reflexão

filosófica, com a leitura variada, com o amor à arte, com a pesquisa desinteressada, com o jogo mental não-imediatista... esta nossa sociedade narcisista e materialista mal consegue perceber que é justamente dessas atividades espirituais “descartáveis”, dessas atividades em que o mais importante consiste em ser e menos em ter e em fazer, é exatamente dessas “atividades inúteis” que, em última instância, nasceram no passado e nascerão no futuro as invenções mais úteis, os modos mais eficazes de melhorar a vida de todos.

Ou, de acordo com Ordine (2016, p. 16),

O saber apresenta-se por si mesmo como um obstáculo ao delírio da onipotência do dinheiro e do utilitarismo. É bem verdade que tudo se pode comprar. De parlamentares a juízes, do poder ao sucesso, tudo tem seu preço. Mas não o conhecimento: o preço a ser pago para conhecer é de outra natureza. Nem mesmo uma assinatura num cheque em branco poderá nos dar a permissão de adquirir mecanicamente aquilo que é fruto exclusivo de um esforço individual e de uma paixão que não se esgota. Resumindo, ninguém, senão nós mesmos, poderá realizar o cansativo percurso que nos permitirá aprender. Sem grandes motivações interiores, o título de maior prestígio adquirido com o dinheiro não trará nenhum verdadeiro conhecimento, não favorecerá nenhuma autêntica metamorfose do espírito.

Seguindo o raciocínio do autor, podemos constatar a relevância de desenvolver educação e cultura, pensamento, conhecimento, como valores que podem proteger a sociedade da força corrosiva do dinheiro e do lucro. Ordine (2016) lembra que o grande filósofo Aristóteles escreveu em *Metafísica* sobre o valor intrínseco do saber e formulou claramente a ideia de que o conhecimento, em seus níveis mais elevados, não é uma ciência prática, mas pela admiração é que começaram filosofar. A curiosidade pelos fenômenos da natureza estimulou os seres humanos a investigarem. Para deixarem de ser ignorantes, trabalharam o pensar, a filosofia e buscaram a ciência por desejarem conhecer, não por utilitarismo.

É nas dobras daquelas atividades consideradas supérfluas que, de fato, podemos encontrar o estímulo para pensar um mundo melhor, para cultivar a utopia de poder atenuar, se não eliminar, as injustiças que se propagam e as desigualdades que pesam (ou deveriam pesar) como uma pedra em nossa consciência. Especialmente nos momentos de crise econômica, quando as tentações do utilitarismo e do egoísmo mais sinistro

parecem ser a única estrela e a única tábua de salvação, é preciso compreender que exatamente aquelas atividades que não servem para nada podem nos ajudar a escapar da prisão, a salvar-nos da asfixia, a transformar uma vida superficial, uma não vida, numa vida fluida e dinâmica, numa vida orientada pela *curiositas* em relação ao espírito e às coisas *humanas* (ORDINE, 2016, p. 19).

As coisas essenciais das quais precisamos não podem ser somente as que suprem as necessidades fisiológicas. Graças ao filosofar fomos nos compreendendo e desenvolvendo culturalmente, diferente dos animais que seguem a agir instintivamente.

LITERATURA PARA VER E PENSAR MELHOR

O pensamento filosófico, o filosofar, é fruto – raiz, tronco e ramos também – do livre saber, da ampliação do conhecimento, é o ato de pensar despreziosamente, não apenas para ganhar mais dinheiro e poder comprar mais parafernálias. Pela falta de estudo filosófico, dos “pensares” despertados por grandes filósofos, no Brasil, desde a chegada dos portugueses, quem tem desenvolvido a abertura do pensamento, e com isso o conhecimento, são principalmente os textos literários. Esse tipo especial de obra de arte, desperta a visão para além do convencional, ou, como afirmou Perissé (2006, p. 84):

Abrem-se meus olhos, meus ouvidos, minha inteligência. Minha mente experimenta uma ampliação em seu poder de penetração nas camadas à primeira vista impenetráveis do real. Percebo a transparência. Era cego, e agora vejo. Percebo sinopticamente a obra de arte e, nela, a mim mesmo e ao meu entorno. Sinopse, epistemologicamente falando, é ver ao mesmo tempo vários planos de realidade, que se integram e adquirem pleno sentido. A formação integral desejada pela educação supõe que se saiba convidar o educando a entrar nesse “jogo”, motivá-lo a cultivar pessoalmente uma visão sinóptica da realidade em sua complexidade. O entusiasmo em aprender radica na percepção do valioso, do significativo. E essa percepção pode ser suscitada no contato íntimo e inteligente com a arte.

Ainda, de acordo com Brayner (2015, p. 126), é verdade que ninguém chegará à interpretação única e final da obra, como também o é que ela própria garante os limites das possíveis interpretações, pois dependem da materialidade do texto e dos diferentes e

plurais pontos de vista, assegurando um espaço onde a pluralidade dos seres humanos se manifesta através de verdades argumentativas, construídas consensualmente pelos estudiosos de cada área. A literatura ensina que sempre há interpretação. Não há como separar o sujeito que observa do seu objeto de estudo/análise. Isso vai ao encontro do que propôs Calvino (2015, p. 110):

Se incluí a Visibilidade em minha lista de valores a preservar foi para advertir que estamos correndo o perigo de perder uma faculdade humana fundamental: a capacidade de pôr em foco visões de olhos fechados, de fazer brotar cores e formas de um alinhamento de caracteres alfabéticos negros sobre uma página branca, de *pensar* por imagens. Penso numa possível pedagogia da imaginação que nos habitue a controlar a própria visão interior sem sufocá-la e sem, por outro lado, deixá-la cair num confuso e passageiro fantasiar, mas permitindo que as imagens se cristalizem numa forma bem definida, memorável, autossuficiente, “icástica”.

É importante ver diferente, dar nova visão, viabilizar o antes não visto e respeitar a forma de ver do outro, melhor que isso, aprender a ver juntos, mesmo que um em cada direção, contemplar a multiplicidade e complexidade da vida. Analisar o hoje e pensar o futuro da humanidade é papel de todos nós. Harari (2018, p. 11) bem constatou:

Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder. Em teoria, qualquer um pode se juntar ao debate sobre o futuro da humanidade, mas é muito difícil manter uma visão lúcida. Muitas vezes nem sequer percebemos que um debate está acontecendo, ou quais são suas questões cruciais. Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o luxo de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes a fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos. Infelizmente, a história não poupa ninguém. Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência, porque você está ocupado demais alimentando e vestindo seus filhos – você e eles não estarão eximidos das consequências.

Não é necessário dedicar muitas horas do dia à leitura do texto literário para desenvolver o pensar-sentir, o filosofar a respeito de nosso papel no mundo, nossa responsabilidade pela humanidade. Ações estas que o texto literário tem desempenhado melhor que tratados de ética ou lições de moral, porque põe o leitor dentro da obra, faz sentir o que sente o personagem ou o eu-lírico, desenvolve a compaixão, desperta a alteridade, a fraternidade. Isto é, faz ver o outro, com o outro, como a si mesmo.

A LITERATURA COMO PATRIMÔNIO FILOSÓFICO.

Antonio Candido (2000, p. 127), ao tratar da literatura na evolução de uma comunidade, afirma:

Entendemos por literatura, neste contexto, fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos. Toda *obra* é pessoal, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma “expressão”. A *literatura*, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento – para chegar a uma “comunicação”.

Analisando sociologicamente o fenômeno literário ou artístico, o autor supracitado ressalta que a arte é social por depender da ação e de fatores do meio, exprimindo nela múltiplos graus de sublimação e por produzir nos sujeitos um efeito prático, ao modificar sua conduta e visão de mundo ou reforçar neles sentimento de valores sociais. Isso independe do grau de consciência que artistas e receptores têm, pois é da própria natureza da arte literária. Candido (2000, p. 119) ainda destaca o seguinte: “As melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária”. Em muitos países, principalmente os europeus, há o hábito de estudo filosófico, no entanto, ele segue seu raciocínio, após coadunar obras clássicas da nossa literatura para exemplificá-lo, afirmando que “diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito”. O referido sociólogo e crítico literário (2000, p. 120) explica:

Deixando de constituir atividade sincrética, a literatura volta-se sobre si mesma, especificando-se e assumindo uma configuração propriamente estética; ao fazê-lo, deixa de ser uma viga mestra para alinhar-se em pé de igualdade com outras atividades do espírito. Se focalizarmos não mais o ritmo estético da nossa literatura (que parece desenvolver-se conforme a dialética do local e do cosmopolita), mas o seu ritmo histórico e social, poderíamos talvez defini-la como *literatura de incorporação* que vai passando à *literatura de depuração*. [...] A longa soberania da literatura tem, no Brasil, duas ordens de fatores: uns, derivados da nossa civilização

européia e dos nossos contatos permanentes com a Europa, quais sejam, o prestígio das humanidades clássicas e a demorada irradiação do espírito científico. Outros, propriamente locais que prolongaram indefinidamente aquele prestígio e obstaram essa irradiação. Assinalemos entre os fatores locais (que nos interessam mais de perto) ausência de iniciativa política implicada no estatuto colonial, o atraso ainda hoje tão sensível da instrução, a fraca divisão do trabalho intelectual. A literatura se adaptou muito bem a estas condições, ao permitir e mesmo forçar a preeminência da interpretação poética, da descrição subjetiva, da técnica metafórica (da *visão*, numa palavra), sobre a interpretação racional, a descrição científica, o estilo direto, (ou seja, o *conhecimento*). Ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviriam para orientar e dar forma ao pensamento.

Com o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, quase nos esquecemos de que, conforme Candido (2000, p. 121), “a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros”. O avanço dos novos meios de comunicação obrigou os autores literários a tomarem dois caminhos: ou se adaptaram, criando uma pseudo-literatura para agradar ao mercado, ou exageraram em sua dignidade, escrevendo apenas para conhecedores. Muitos dos primeiros tornaram-se *best-sellers*, contribuindo com o hábito de leitura, mesmo que não desenvolvendo integralmente o potencial da arte literária; os escritores do segundo tipo acabaram por ser citados apenas por críticos e professores de literatura.

A solução para tal dilema, segundo Candido (2000, p. 126), seria redefinir a relação entre os leitores e os escritores “em face dos novos valores de vida e de arte, que devem ser extraídos da substância do tempo presente”. Atualmente, muitos autores têm percebido tal questão e conseguido achar o caminho do meio, a terceira margem, fazendo uma literatura que fala ao público, pela sua estrutura e inovação na linguagem e suporte, sem perder qualidade literária, nem seu poder de ajudar a ensinar a pensar, filosofar. Candido (2000, p. 19) constata que:

a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte.

Ou seja, mesmo sem o objetivo de ensinar algo, passar lições de moral, os autores de textos literários induzem o filosofar, conectam o leitor à realidade ficcional (com perdão do paradoxo) de sua obra;

A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contato indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público (CANDIDO, 2000, p. 33-4).

Essa imbricação é sutil, mas as pessoas sabem o que é pertinente a cada uma dessas categorias citadas. Da mesma forma, sabem diferenciar o real do ficcional, embora a realidade possa, muitas vezes, ser mais incrível que a própria ficção. E isso não apenas na atualidade, Candido (p. 38-9) bem lembrou:

Os povos primitivos distinguem, essencialmente como nós, o lógico e o mágico, embora na sua mente ambos formem configurações diversas, e o mágico sobressaia proporcionalmente mais do que o lógico no tecido da sua existência. Quando lança ao mar uma canoa, com toda sorte de encantamentos para que os espíritos da flutuação a façam sobrenadar contra os espíritos da submersão, o artesão de Sinaketa não supõe que ela navegue por obra e graça deles. Conhecendo empiricamente os princípios da flutuação e os processos adequados para os utilizar, jamais lhe passaria pela cabeça pegar um tronco e jogá-lo na água, confiando em que apenas a força dos espíritos o manteria emerso. Ele aplica rigorosamente a sua técnica, mas crê *também* na eficácia indispensável do ritual mágico. Forçando a nota, diríamos que, de modo parecido, o engenheiro moderno levanta cientificamente a sua ponte e pede a algum santo que a mantenha de pé. E talvez o historiador do ano 3000 venha a dizer que os civilizados do século XX lançavam os seus navios com a bênção de um sacerdote e a quebra ritual duma garrafa de vinho, acreditando que boiavam graças a estas práticas. No homem de hoje, perduram lado a lado o mágico e o lógico, fazendo ver que, ao menos sob este aspecto, as mentalidades de todos os homens têm a mesma base essencial.

Sendo assim, é possível compreender com o crítico literário, “as peculiares com que cada contexto geral interfere no significado dos traços particulares, e reciprocamente – determinando configurações diversas. Assim, a atitude correta seria investigar a atuação variável dos estímulos condicionantes” (CANDIDO, 2000, p. 39), uma vez que a estrutura

de pensamento dos seres humanos permanece muito similar à dos povos primitivos. O que nos diferencia de outras sociedades é a maneira como se manifestam nossas expressões sociais e culturais, moldadas pelo ambiente onde estamos inseridos. Isso justifica dizer que nossa formação sociocultural, entrecortada pelo misticismo africano e pela visão cosmológica ligada à magia da natureza, como pensado pelos povos indígenas, é mais mitológica que filosófica. Tal como nossa cultura é um patrimônio (cultural), a filosofia (o pensar o mundo e o “autopensar” de nossa sociedade), desenvolvida a partir da expressão artística, especificamente, literária, faz da literatura nosso patrimônio filosófico. Consoante Candido (2000, p. 48):

A arte, e portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. Gratuidade tanto do criador, no momento de conceber e executar, quanto do receptor, no momento de sentir e apreciar.

Logo, a Literatura é um patrimônio filosófico capaz de desenvolver nosso senso histórico, crítico, de cidadania e sociocultural, tudo isso de maneira gratuita, apesar de seu valor imensurável.

A FUNÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO FILOSÓFICO BRASILEIRO

A literatura é interativa por natureza; um leitor que a leia, que a sinta, que a decifre, é sua condição *sine qua non*. No momento de sua publicação, deixa de pertencer ao poeta, ao dramaturgo, ao contista, ao cronista, ao romancista e torna-se dos leitores, arte coletiva, “criada pelo indivíduo a tal ponto identificado às aspirações e valores do seu tempo, que parece dissolver-se nele, sobretudo levando em conta que, nestes casos, perde-se quase sempre a identidade do criador-protótipo.” (CANDIDO, 2006, p. 23). E, por isso, é representante do momento histórico e do lugar em que está inserido o escritor. Antonio Candido (2006, p. 153) destacou que “a função histórica ou social de uma obra depende da sua estrutura literária. E esta repousa sobre a organização formal de certas representações

mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita”. A proficuidade da leitura de um texto literário é poder compreender o tempo do autor e, por conseguinte, ter uma nova compreensão do nosso tempo.

Um clássico literário consegue ultrapassar seu tempo sem deixar de ser compreensível e relevante. É atemporal sem ser acrônico. Ao passo que um contemporâneo expande a visão de seu tempo, a leitura no presente relacionando-o com o passado representado na obra faz melhor compreender a complexidade do nosso tempo. O autor de *Literatura e sociedade* (2006, p. 153) conclui que a função histórica da literatura, que é nosso patrimônio filosófico, conta com “a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, determinando variações históricas de função numa estrutura que permanece esteticamente invariável”. A construção genealógica de nossa literatura começa por um lugar comum e adquire consciência de sua realidade como diferente da portuguesa após a Independência, por um desejo de representar o Brasil, não apenas transpor o que se fazia na literatura portuguesa para terras tupiniquins. Candido (2006, p. 155) aponta que

Num país sem tradições, é compreensível que se tenha desenvolvido a ânsia de ter raízes, de aprofundar no passado a própria realidade, a fim de demonstrar a mesma dignidade histórica dos velhos países. Neste afã, os românticos de certo modo compuseram uma literatura para o passado brasileiro, estabelecendo troncos a que se pudessem filiar e, com isto, parecer herdeiros de uma tradição respeitável, embora mais nova em relação à europeia.

A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em forma de arte. Conforme Candido (2000, p. 162), “a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra”. A literatura indianista inicia o tema central de uma literatura nacional, pois o indígena é o personagem que pode ser tomado como herói brasileiro por não ter povos nativos em Portugal, embora a cultura europeia ainda fosse – e continua sendo – forte. A construção do herói nacional se dá “no plano da ação épica, pela presença de um personagem simbólico, que une as duas culturas, os dois continentes, as duas realidades humanas – Diogo-Caramuru”. Ainda, de acordo com Candido (2006, p. 163):

Paraguaçu que, sendo índia, era não obstante alva e rósea, “branca e vermelha”, como a mais lídima heroína da tradição europeia; e que rejeitava a nudez das outras, cobrindo-se com um manto espesso de algodão. Assim como Diogo se asselvaja em parte, ao tornar-se Caramuru, ela se torna de Paraguaçu em Catarina, civilizando-se num movimento contrário e simétrico, que os aproxima da mesma situação ideal de ambiguidade. [...] A estrutura psicológica e simbólica do poema requer este cruzamento, que gemina os dois num casal ao mesmo tempo real e alegórico. Paraguaçu é a metade americana de Diogo, como este é a sua metade europeia, formando ambos uma mesma e complexa realidade.

O poema épico de Santa Rita Durão, a exemplo dos heróis europeus e suas grandes façanhas, constrói uma identidade nacional. Como se pode ler no Canto II, LXXXVIII:

Mas refletindo logo o herói prudente,
Fixou no coração, com fé segura,
Não cumprir as promessas de presente,
Antes que lhe entre n’alma a formosura:
Rende-lhe o seu amor, mas inocente;
E faz-lhe prometer, que com fé pura,
Enquanto se não lava e regenera,
Em continência viverão sincera (DURÃO, 2000, p. 79).

Caramuru é a representação do povo brasileiro e, sendo assim, afirma Candido (2000, p. 165):

Se Diogo-Caramuru é ambíguo, é porque o fomos, e talvez ainda o sejamos, sob o impacto de civilizações díspares, à busca de uma síntese frequentemente difícil, mas que se torna possível pela redução de muitas diferenças ao padrão básico da cultura portuguesa, leito por onde fluímos e engrossamos, e que Diogo exprime, ao exprimir a adaptação do branco à América.

Nossa ambiguidade branca-negra, mítico-realista, privou a sociedade brasileira no geral de um estudo sério de temas filosóficos, ao passo que nos tornou receptivos à ficção, ao imaginário. Um patrimônio não se constitui da noite para o dia. Da mesma forma que expressões culturais e prédios tombados precisaram ter seu valor histórico e cultural atestados com a passagem do tempo, como representantes pretéritos a apontar para seu valor presente e a constituir uma memória preservada no futuro, a literatura possui esse *status* de patrimônio cultural garantido no que se chama de clássicos. Obras imortais, por sobreviverem à morte de seus autores, e atemporais, por subrepujarem seu tempo e seu

movimento literário. Porém, o que proponho aqui é que, juntamente com a função histórica do texto literário, entre tantas que sua natureza multidisciplinar permite inferir, os textos literários ocupam no Brasil o espaço do pensamento filosófico, não desenvolvido pela falta de uma cultura que valorize o filosofar, o pensar-sentir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura constitui-se, portanto, como patrimônio filosófico da sociedade brasileira, ao levantar as grandes questões da humanidade, ao entrar em contato com os maiores paradoxos do ser, como faz um sertanejo em *Grande sertão: veredas*, ao dizer “O senhor ache e não ache. Tudo é e não é.” (GUIMARÃES ROSA, 2015, p. 22), aproximando-se do pensamento complexo de Edgar Morin. Também o faz a sonhadora Macabéa de *A hora da estrela*, ao afirmar: “minha força está na solidão. Não tenho medo nem de chuvas tempestivas nem de grandes ventanias soltas, pois eu também sou o escuro da noite” (LISPECTOR, 1998, p. 18)”. Ela “acreditava em anjo e, porque acreditava, eles existiam” (p. 40). As passagens assemelham-se à filosofia de Adorno (1982), que propõe uma racionalidade estética, voltada à natureza e à subjetividade, e menos à racionalidade instrumental. Tanto o personagem principal do livro de Guimarães Rosa quanto a personagem de Clarice Lispector demonstram estar cientes do seu lugar (ou melhor, do seu não lugar) na sociedade em que viviam, o que remete ao estar no mundo (*in der Welt sein*) de Heidegger (1995). Esses são apenas alguns exemplos de como a arte literária, considerada inútil para o capital, tal qual a filosofia, pode contribuir para desenvolver as formas mais relevantes de pensamento, aqueles que fazem nós o que somos: humanos.

Destarte, é fundamental salientar que filosofia e arte – principalmente a literária –, atividades consideradas inúteis, podem nos salvar de uma vida miserável, quando e onde o que mais se valoriza é o dinheiro, o ter, o parecer ter. É fundamental valorizar e incentivar o potencial dos seres humanos, a capacidade que temos de sermos melhores, independente do *ter*, o que somos e como podemos dispor nosso ser para fazer os coabitantes do nosso tempo-lugar mais justos, fraternos, críticos, éticos e criativos. A literatura pode contribuir enormemente ao fazer pensar-sentir, pode preencher o vazio de pensamento (ARENDDT,

2009), despertando o filosofar, fazendo-se mais que patrimônio cultural, um patrimônio filosófico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70, 1982.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAYNER, Flávio. **Fundamentos da educação: crise e reconstrução**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. 3. ed. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000.

DURÃO, Santa Rita. **Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HARARI, Yuhal Noah. **21 lições para o século 21**. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo** (parte I). Petrópolis: Vozes, 1995.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PERISSÉ, Gabriel. **Filosofia, ética e literatura: uma proposta pedagógica**. Barueri: Manole, 2004.

WHITEHEAD, Alfred North. **Os fins da educação e outros ensaios**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1969.